



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 99

Sessão Ordinária de Setembro

2.ª Reunião de 28-09-2005

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa na qualidade de Primeiro Secretário e pela Vogal Maria Teresa Fidélis da Silva Veiga na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Herculano de Melo Parente, Carlos Alberto Santos Branco, Fernando Manuel Teixeira Alves, Álvaro Patrício do Bem, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Firmino Marques Ferreira, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, António Fernando Ribeiro Martins, António Ildebrando Nunes Costeira, Liz Miguel Marques da Silva, Vítor Manuel da Silva Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio (chegou às 22:30 horas) e os Vereadores, Lusitana Maria Gerales da Fonseca, Pedro Manuel Ribeiro da Silva e Miguel Capão Filipe.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da substituição nesta reunião, do Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e dos Vogais Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Maria Ivone Abreu Silvério Abreu Lopes e Herculano Melo Parente. O segundo sucedâneo João Pires da Rosa apresentou escusa.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Maria Isabel Almeida Velada e Armando Manuel Dinis Vieira, se fizeram substituir, nesta reunião, respectivamente, por Carlos Alberto Santos Branco e Firmino Marques Ferreira. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (CONTINUAÇÃO)

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Como esta sessão será a última deste mandato, eu também gostaria de deixar aqui um registo. Uma palavra de agradecimento e de reconhecimento como todos os eleitos souberam estar nesta Assembleia Municipal. Mesmo quando expuseram as questões mais incómodas de cada um. Não sei se o saber ouvir e o saber intervir foram conseguidos na sua plenitude — talvez não! Até porque a maioria ou as maiorias, algumas das vezes cometem (quicá contrariadas) o erro de mostrarem a sua força “do eu não sou cego, mas quero; posso, logo mando”. Mas uma coisa é certa: o direito inalienável de opinar conforme manda a democracia existiu. E a liberdade de a expressar também. Os limites que esta regra contém foram eventualmente beliscados nalgumas intervenções mais calorosas, mas nada que a democracia não possa tolerar.

À presidência desta Assembleia Municipal o meu bem-haja pela forma atenta e respeitadora do nosso regulamento. Ao Senhor Presidente Dr. Carlos Candal uma referência muito especial. O seu tom de voz e muito especialmente quando recorre à tecla do “volume” chega a assustar os democratas — mas eu sei que todos sabem que tem sido nessas situações a sua manifestação de democrata. Constituindo, assim, um reforço da verdadeira democracia — V. Exa. tem sido bem mais democrata nessas situações do que noutras que nós também conhecemos. Por tudo isso o meu bem-haja.

Agora, queria colocar ao Sr. Presidente da Câmara algumas questões. É do nosso conhecimento que está a chamar alguns dos credores Câmara para aceitarem um plano de pagamento dos seus créditos sobre a forma de factoring, por não ter dinheiro para saldar as dívidas.

Este facto tem para já uma virtude que se resume em duas vertentes. Primeiro o reconhecimento da dívida. Segundo a negociação com um banco para contrair mais um empréstimo.

Honrar os compromissos da CMA é para todos nós, certamente, algo bem-vindo. Mas a forma tardia e o modo como o está a fazer merece da nossa parte muitas reticências e alguns reparos.

Primeiro porque se trata de uma medida eleitoralista no seu pior — ao dizer que reduz as dívidas de curto prazo substancialmente, quando na verdade há compromissos que ainda não foram saldados e quando muito são trasladados para endividamento de médio e longo prazo.

Segundo, por que é feito sem prévio conhecimento desta Assembleia Municipal? Das condições de negociação com o banco e com os credores? Isto se não é ilegal, será no mínimo reprovável e também perigoso.

Sr. Presidente, nós queremos saber e temos o direito de saber se esta negociação abrange todas as dívidas existentes de curto prazo, primeiro? Segundo, se a resposta não for afirmativa, quais as dívidas então abrangidas — são as que têm um ano, dois anos, três

anos? Qual o montante do capital negociado? Quais as obrigações resultantes desta operação para a Câmara Municipal? Qual a comissão de factoring e quem assume o seu pagamento? Qual a percentagem do capital negociado que o factoring exige e que a suporta? Quais as taxas negociadas para pagamentos dos juros? Quem assume o recurso se não houver pagamento das prestações?

Sr. Presidente, a Câmara Municipal de Aveiro com este acto, está a demonstrar que não ignora a gravidade da situação económica e financeira da Câmara Municipal. Todavia a Câmara Municipal continua sem dar sinais de contenção nas despesas correntes e que é hoje um imperativo local e pelos vistos um imperativo nacional — se não, vamos lembrar as declarações do Sr. Ministro das Finanças. Esta era uma questão que eu gostaria de ver respondida de uma forma clara e inequívoca.

Também gostaria de falar aqui de um problema que foi aqui levantado, se a memória não me falha, pelo deputado Salavessa. Que se prende com a hasta pública dos lotes do terreno do Plano de Pormenor do Centro e do Estádio Mário Duarte.

Eu penso que interpretei bem, que foi uma falta de publicidade e logo deu no que deu! Ao que responderam que o processo da hasta pública tinha de ser repensado para motivar os compradores. E também ouvi (não sei se bem se mal) desta Assembleia Municipal, que afinal de contas a Câmara Municipal ainda tinha um grande património atendendo aos valores que estavam em causa. Aqui, apesar de estar menos bom porque estava adoentado, sinceramente fiquei baralhado!

Não se trata dos terrenos que foram objecto de análise por esta Assembleia Municipal e estiveram na base de uma operação de leaseback.

Será que esse património poderá ser considerado da Câmara? Será que numa venda o dinheiro arrecadado não terá que ir directamente ao banco que permitiu o leaseback? Eram estas as questões que gostaria de ver respondidas.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

A

(Entretanto, deram entrada na sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa e Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre)

Presidente da Mesa

“Para esta Assembleia ainda fica a ordem do dia. Gostei muito da argumentação, mas o meu papel é fazer cumprir a ordem do dia. A menos que de todo em todo não tenha data para isso. Politicamente, devo dizer isto. Se fosse Presidente de Câmara eu não tinha agendado os temas fiscais — não tinha. Mas eu não sou Presidente da Câmara e como Presidente da Assembleia temos de cumprir a lei e essa temática está agendada e será em princípio decidida antes do dia 9 — vamos a ver.

(Deu entrada na sala o Vogal António Manuel dos Santos Salavessa)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Muito obrigado. Eu já tributei aqui as minhas homenagens sinceras àqueles que deixam esta Assembleia por força de não figurarem em lugares elegíveis nas próximas eleições. Mas depois das palavras que o Diogo Machado proferiu eu não quero deixar de o cumprimentar especialmente. Realmente foram sete anos e meio de grande combatividade e não escondo que senti algum alívio pela perspectiva de o ver fora dos lugares elegíveis. Tenho de lhe reconhecer uma capacidade de combate. Julgo que errou muitas vezes para a defesa das minhas ideias e das minhas teses. Não sei se se expressou sempre da forma mais feliz e

trocámos algumas vezes mais razões pela forma que pelo conteúdo. Mas cada um tem o seu estilo e agradeço-lhe pela frontalidade que teve.

Portanto, deixe-me também acabar contradizendo – não exerço nenhum poder absoluto na Câmara, nunca o fiz. Os meus parceiros de executivo sabem-no bem. Mas há uma coisa que eu tenho e que — peço desculpa de ter opiniões próprias, peço desculpa de me bater por elas e de saber defendê-las razoavelmente bem. Mas quando verifico que há melhor argumentação, cedo.

E, julgo que é isso mesmo. As pessoas não estão à espera de ter um Presidente da Câmara que tenha de ouvir os muitos eleitores antes de apresentar as ideias que tem!? Não é esse o meu estilo. Mas uma coisa é essa, mas outra coisa é exercer poderes absolutos — não o faço. Aliás, não está na minha formação, a lei não o permite e eu não cairia na tentação.

Depois, deixe-me dizê-lo, com toda a simpatia, para dizer que eu acho que de facto os investimentos que se fizeram nestes últimos anos não hipotecaram o futuro de Aveiro; pelo contrário. Todos nós nestes sete anos e meio fomos testemunhas do período mais engrandecedor do desenvolvimento de Aveiro — devemos todos orgulhar-nos por isso. As coisas se calhar teriam sido diferentes se esta Assembleia não fosse tão activa, tão crítica, tão interpelante — seriam seguramente diferentes. Esta Câmara teria tido as suas opções e terias tomado se calhar com menos ponderação daquela que advém destes debates e destas sessões.

Mas o contrário é que teria acontecido. Se esta Câmara não tivesse tido a capacidade a energia encontrado os meios apesar das dificuldades económicas que o país atravessa, ser capaz de manter o ritmo de investimento importantes para o nosso futuro, daqui a uns anos todos estariam a verberar estes anos por não ter sabido investir quando era necessário fazê-lo e não perder algumas oportunidades — e uma delas foi sem dúvida o novo estádio de Aveiro.

Por que é que Aveiro não é a capital da GAMA? Porque a lei está feita e foi feita de tal modo para que o Presidente fosse escolhido pela maioria das Câmaras existentes. E com naturalidade foi escolhido o meu colega de Ílhavo que assumiu a presidência. Mas mais importante que a capital de um nado-morto é nós de facto assumirmos a nossa centralidade económica, cultural, isso é que é fundamental. E acho que o vamos fazendo sem ter necessidade de fazer algumas figuras para aparecer nos jornais.

O que é importante é que de facto Aveiro é a capital desta região e temos também o privilégio de termos à nossa volta um conjunto de municípios com grande dinamismo económico, empresarial, que contribui para que nós possamos de facto ser melhores e não temos que ter nenhuma preocupação nem inveja nem reservas com o desenvolvimento dos nossos municípios vizinhos. Pelo contrário, quanto mais eles progredirem, mais fácil será também a nossa afirmação no conjunto desta região. E é isso que tem vindo a acontecer. De resto queria agradecer ao Diogo Machado as discussões acesas que tivemos. Uma ou outra vez elas resvalaram para momentos menos agradáveis, mas tivemos os dois a maturidade de perceber que há excessos de vez em quando e que cada um tem a sua personalidade. Soubemos corrigir isso e fico muito agradado com isso.

E dizer a propósito de ética na política, que eu não tenho nenhuma pretensão em ser faroleiro da ética. Portanto, acho que cada um tem um posicionamento muito próprio sobre os valores éticos que devem imperar na política. Fico satisfeito de ter ouvido hoje aqui algumas reflexões que se lamentam sobre a degradação dos níveis de ética que deviam presidir sempre à política. Não me considero responsável por os ter feito resvalar. Se calhar alguém me acusará disso, mas não me sinto; pelo contrário. Em momentos recentes da história de Aveiro contribui para que ela fosse lembrada e praticada. E nesse caso concreto que evocou com o de misturar funções de presidente com a de candidato, eu queria dizer (e já o disse na reunião de Câmara) que da avaliação que tinha sido feita não me parecia que se

justifique suspender o mandato. Justamente porque os aveirenses não se deixam iludir. Sabem exactamente distinguir o que são as funções de presidente de Câmara e o que são as funções de candidato. Há uns anos isso acontecia por razões do estilo de campanha que era efectuada, com os meios que eram utilizados, com o tempo que era absorvido. Hoje em dia as campanhas são feitas de uma forma muito mais ligeira, menos absorvente, permitem de facto articular as duas coisas.

Mas eu gosto desafios éticos e queria dizer-vos aqui o seguinte: perante a dúvida que foi aqui suscitada de que estarei a utilizar a máquina da Câmara Municipal para fazer campanha eleitoral e sendo certo que nunca deixámos de ter inaugurações todos os meses, e que mal vai a nossa democracia se temos que deixar de fazer obras porque temos eleições à porta. Mas perante a dúvida e para que não haja nenhuma ambiguidade ética sobre o meu comportamento neste período, queria comunicar-vos que amanhã mesmo irei buscar as minhas coisas pessoais à Câmara e pedir a suspensão do mandato. Muito Obrigado Sr. Presidente.

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, da mesma forma que critiquei, quero saudar esta atitude do Presidente da Câmara. Ela impunha-se no dia em que começou a campanha - é um dia depois – mas da mesma forma saudamos esta atitude porque era obrigatória como ética e como maneira de estar na política. Por outro lado eu gostaria apenas e só de dizer uma coisa muito simples a propósito desta informação que o Sr. Presidente aqui quis trazer. Nos tempos de outro Presidente de Câmara, para mim a referência dos Presidentes de Câmara do CDS, pessoa com quem aprendi muito e a estar na política, que foi o Dr. José Girão Pereira, referência para Aveiro também, certamente — e para a autarquia que o distinguiu com “medalha de ouro” da cidade, não havia inaugurações de obras no município seis meses antes do acto eleitoral. Era a regra imposta pelo próprio Dr. Girão Pereira. Não quis chegar a esse extremo, porque como disse o Dr. Alberto Souto cada pessoa tem a sua própria maneira de estar na política. Mas saúdo e louvo a atitude do Dr. Alberto Souto aqui perante todos nós aqui tomou. Muito Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Sr. Presidente, eu não respondi ao deputado Santos Costa e acho que devia responder. Para lhe dizer que é para mim muito gratificante dizer-vos que vamos chegar ao fim do mandato com uma situação financeira na Câmara Municipal de Aveiro, que é muito sólida e que dá todas as garantias para o futuro.

Depois de ter sido essa a principal crítica da oposição nos últimos dois anos, praticamente não se ouviu criticar mais nada a não ser a situação financeira.

Queria-vos dizer, que de facto, e tiveram razão no período mais difícil em que estávamos a construir o estádio, em que de facto houve algumas situações de ruptura no cumprimento razoável daquilo que eram os prazos normais. Mas queria-vos dizer hoje, que quer do ponto de vista do curto prazo, quer do ponto de vista do médio e longo prazo, a situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro é muito boa.

Num ano, na dívida de curto prazo, nós reduzimos trinta por cento e os documentos esta Assembleia dispõe deles e comprovam-no. Reduzimos num terço a dívida de curto prazo num ano.

E com acordos de factoring, como foi aqui referido, nós vamos chegar ao fim com cerca de doze milhões de euros. Dr. Manuel Coimbra eu sei que isto incomoda ouvir, mas já agora deixe-me (ouvem-se vozes), deixa-me concluir por favor.

Sr. Professor se sabe fazer contas, se verificar o montante que está registado na Comunicação do Presidente, para o passivo de curto prazo, se comparar com o que tinha há um ano dá trinta por cento. Portanto não me acuse de mentiroso sem ler os papéis dessa forma leviana.

Num ano reduzimos trinta por cento do passivo de curto prazo. Se conseguirmos concretizar a operação que está já aprovada chegaremos a valores de rondarão os doze milhões de euros de passivo de curto prazo, que é um número banal numa Câmara da dimensão da de Aveiro. E como aqui foi recordado e bem, pelo deputado Salavessa e pelo deputado Santos Costa (que sejam 12 milhões, mas que sejam 15 milhões de curto prazo) podem ser neutralizados facilmente logo que vendermos os terrenos que foram para a hasta pública há umas semanas, que totalizam 40 milhões de euros.

Portanto do ponto de vista do curto prazo a situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro não é apenas boa, é e pode ser a curto prazo muito boa.

A médio e longo prazo eu gostava de recordar que nós temos apenas 50 milhões de euros e dívida bancária; temos com os leasing e a dívida dos SMAS deve rondar 108 milhões de euros; mas estamos a falar a médio e longo prazo. Portanto a 5 e a 15 anos para não falar dos 20 que são os empréstimos que temos.

Para esses 15 a 20 anos nós vamos ter receitas durante esses 15 ou 20 anos — como qualquer particular quando faz um empréstimo a 15 ou 20 anos os bancos vão contar com a receita que ele vai ter nesses 20 anos. E nós vamos ter receitas, se não aumentassem e se mantivessem como estão agora equivalentes a 44 milhões, vezes 20 anos (façam o favor de fazer as contas) também no médio longo prazo nós temos uma folga muito considerável. E é por isso que continuamos com uma boa capacidade de endividamento, ao contrário de muitos municípios deste país que já ultrapassaram os 100% de endividamento previsto na lei.

Queria-vos dizer que é boa no curto prazo e é boa no médio e longo prazo. Não estou com nenhum do património que está a ser inventariado e que reforça a nossa solidez se a situação tivesse que ir por esse caminho.

Queria-vos dizer que temos as obras deste mandato quase todas pagas, sobram trocos nas grandes obras — terei muito gosto em mostrar-lhes como sobram trocos no pagamento do estádio, como sobram trocos no pagamento do parque de feiras. Temos as grandes obras todas pagas. Isto incomoda, mas é verdade.

Queria-vos dizer que as associações culturais, associações desportivas e as IPSS, estão a receber os apoios da Câmara com regularidade há mais de um ano. Há mais de um ano que a Câmara está a fomentar o desporto e há clubes que dependem 80 a 90% da Câmara para a sua actividade. A Câmara está a dar esses apoios com regularidade. Está a dar apoio às Florinhas do Vouga, aos Bombeiros, há mais de um ano com regularidade. Está a apoiar todas as colectividades culturais existentes em Aveiro há mais de um ano, mês a mês, sem atraso. E isso é um sinal evidente, importante, que as coisas estão de facto muito melhores do que há dois anos quando começou a chuva de críticas justas que a oposição então fez.

Queria lembrar-vos que os resultados líquidos foram positivos; queria lembrar-vos que os resultados operacionais foram, também, melhores que no ano passado. Queria lembrar-vos que os resultados correntes foram também positivos. E queria dizer-vos que também não contraímos nenhum empréstimo este ano, ano de eleições, quando todas as autarquias no país o fizeram. Não precisámos de contrair nenhum empréstimo (todos leram as notícias), não precisemos de contrair nenhum empréstimo. Fizemos as operações factoring (deputado Santos Costa), é uma excelente operação que estamos a fazer porque permite pagamentos imediatos aos fornecedores. Recebem tudo aquilo a que têm direito ou quase tudo, e permite que a Câmara espere por três quatro anos que a situação do país melhor — e ela tem que melhorar porque estamos em recessão há três quatro anos e isto tem de mudar e, portanto, a pressão do curto prazo transfere-se para longo prazo.

Depois, para aqueles que andam, ilusoriamente, é certo, que andam a espalhar o boato de que não investimos nas freguesias não urbanas, queria dizer-vos que é um verdadeiro boato. Eu tenho todo o gosto em desmentir. Nós investimos mais nas freguesias ditas não urbanas que nas três freguesias urbanas da Vera Cruz, Glória e Esgueira. Investimos em 2003 37% nas urbanas e 63% nas não urbanas. Em 2004 investimos 34% nas urbanas e 66% nas não urbanas. E se retirar grandes investimentos como o Estádio, a Capitania, o Parque de Feiras, chega a valores que também dão os mesmos resultados. E fizemos toda a rede de saneamento nas freguesias periféricas, levámos a Internet a todas as escolas. E isso significa de facto que quebramos as distâncias fundamentais a essa poderosa ferramenta de educação como é a Internet.

Nós repavimentámos mais de uma dezena de quilómetros. E para aqueles que já estavam cépticos da nossa capacidade de o fazer, eu convido-vos a percorrerem todas as freguesias. Nós desenvolvemos dezenas de projectos no âmbito social para a 3.ª idade (ouvem-se vozes de protesto)... Sr. Presidente, eu compreendo que de facto para a oposição, que centrou a sua actividade nestes últimos anos a criticar a Câmara pelas razões financeiras, chegarmos ao fim do mandato e ter que ouvir estes números — eu sei que isto incomoda, que custa. Mas a verdade é que deviam estar satisfeitos. Eu acredito que todos devemos estar satisfeitos por perceberem que a situação da Câmara quer do curto prazo quer do longo prazo, quer na relação com as freguesias, quer em relação ao endividamento (não fez nenhum empréstimo este anos), quer em relação a todos investimentos que foram feitos estes anos (não vou distribuir o programa, mas já todos tiveram oportunidade de ler), é de facto um mandato muito bem conseguido. Com muitas dificuldades é certo, mas os mandatos acabam quando acabam, não acabam a meio. Nós dissemos que íamos ter a capacidade de ultrapassar os momentos mais difíceis para concluir o mandato numa situação de solidez financeira que permite a qualquer pessoa encarar o futuro da Câmara de Aveiro com muito optimismo e com toda a segurança. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O ponto de ordem à Mesa era exactamente para dizer à Mesa que, em primeiro lugar, entendemos nós CDS, que exactamente por este motivo, pelo que acabamos de ouvir, que entendemos que esta Assembleia não deve continuar. E porquê.

Apesar da boa notícia de termos ouvido aqui que o Sr. Presidente da Câmara vai suspender o mandato, efectivamente o Sr. Presidente da Câmara só vai suspender o mandato amanhã. E portanto, aproveitando o que lhe resta de palco desta Assembleia Municipal e aproveitando a oportunidade que lhe está a ser dada (e até me atrevo a dizer, que numa forma legítima) está aqui a responder com as armas que tem. Está aqui a responder exactamente na qualidade de presidente candidato e candidato presidente — e nós nada podemos fazer para impedir.

Portanto eu diria à Mesa, das duas uma: desça do alto dos seus tamancos, faça-me o favor, e diga “eu não vou continuar com a ordem de trabalhos, a Mesa vai reunir e não vai continuar com a ordem de trabalhos”.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Sr. Presidente. É que estávamos no “período de antes da ordem do dia” e parece que estamos nos assuntos da ordem do dia. E quanto a mim parece que entrámos indevidamente. E entrámos com afirmações do Sr. Presidente da Câmara que de maneira alguma poderemos aceitar. E uma delas é quando diz que esta Assembleia tem toda a informação acerca de uma operação que acabamos de saber é uma operação de factoring. E eu continuo a dizer: demonstre-me onde é que nos papéis que me mandou está cá referido

que a Câmara resolveu contractualizar uma operação de factoring com os seus credores! Onde é que está? (ouvem-se vozes do Presidente da Câmara)... E por isso o cenário cor-de-rosa que aqui foi pintado. Porque o Sr. Presidente da Câmara tem muito a mania de andar para aí a dizer que nós enquanto oposição ficamos muito tristes com aquilo que são os sucessos que o Dr. Alberto Souto consegue para o município. Nós ficamos muito contentes com os seus sucessos, mas quando são verdadeiros sucessos. Agora, quando são sucessos com “pés de barro” é claro que nós temos de denunciar essa situação. E é isso que nós temos vindo a fazer.

Quando o Dr. Alberto Souto vem dizer que a água da ria está muito mais limpa do que estava há uns anos atrás, todos nós ficamos orgulhosamente contentes — como é óbvio. Apesar do Dr. Alberto Souto ir para os jornais a dizer que nós estamos muito tristes. Não é verdade. Aquilo que nós queremos é que a água da Ria esteja despoluída e que se façam todas as outras iniciativas. Mas cuidado, a Câmara é uma pessoa de bem, de referência para os cidadãos aveirenses, e por isso há certas responsabilidades que a Câmara de Aveiro tem de ter e não pode tomar iniciativas com uma certa leviandade e que pode trazer prejuízos para a saúde pública. Isto é só um exemplo de muitas inverdades que o Sr. Presidente da Câmara aproveitando o período de campanha eleitoral tem andado para aí a dizer (ouvem-se vozes novamente)... O Sr. Presidente tem de nos dizer onde está a saúde financeira quando estamos nesta altura do ano, finais de Setembro, 28 milhões de euros de receitas quando o Orçamento era de 117 milhões!? Quando neste momento a execução orçamental vai em 25%. Vamos dizer estamos todos contentes da vida, isto vai sobre rodas, afinal não há problema nenhum? Quando nos diz que o passivo é somente de 20 milhões de euros. Somente!? Quando iniciou o seu mandato em 2001 o passivo não chegava a 15 milhões — agora ultrapassa os 20 milhões. Quando iniciou o seu primeiro mandato, escandalosamente disse que a situação do município em termos financeiros estava muito mau — e estava só nos 7,5 milhões de euros de passivo. Ou seja, neste momento a situação financeira da Câmara não melhorou (e é por isso que faço esta intervenção), é que nos explique, apesar de não estar nas folhas que nos enviou, mas que devam fazer parte da Comunicação, é dizer-nos que operações de factoring são essas; onde é que podemos consultar essa informação; e com que fornecedores foi negociada essa dívida? Que fornecedores é que aceitaram e que condições é que realmente foram essas. Porque o problema é que os fornecedores quer queira quer não, estão nas suas mãos. Quando alguém precisa do investimento que fez em lhe fornecer determinados serviços e não paga, é claro que aceita quaisquer condições para reaver o seu dinheiro — mesmo que não seja todo, algum.

Por isso nós precisamos de conhecer em concreto aquilo que foram as negociações que o Sr. Presidente fez em nome de todos nós. Para já era isto.”

(Deu entrada na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“ Sr. Presidente, pelos mesmos motivos que há momentos atrás fiz um ponto de ordem à mesa a propósito do Sr. Presidente da Câmara, sou obrigado (e mais uma vez correndo o risco de ser criticado), a propósito do orador que me antecedeu, fazer um ponto de ordem à mesa. É exactamente por isto que nós não devemos continuar com os trabalhos desta Assembleia. Tenho neste momento, e porque sinto a obrigação de ser justo, se ataquei o Presidente da Câmara dizendo que este não era o momento nem o palco, porque estamos em plena campanha eleitoral, eu diria ou chamaria atenção à Mesa que as bancadas não podem nem devem neste momento, também, fazer campanha política nesta Assembleia. Eu recuso-me a

faze-la. Não quero fazê-la aqui. E não quero sobretudo dar oportunidade a que o executivo municipal ainda em funções possa fazê-lo.

Portanto, Dr. Candal, ao abrigo desta figura Regimental, desça dos seus tamancos, reúna a Mesa, ou então recorra ao plenário. Se não, ao abrigo do Regimento também, terei que fazer um requerimento ao Mesa para que seja votada a interrupção dos trabalhos numa forma definitiva.”

Presidente da Mesa

“Isto não é self-service. Eu oportunamente tomarei posição sobre isso. Devo dizer, muito simplesmente, já agora não fique a angústia a pairar. Eu vou prosseguir os trabalhos. Eu disse, que às segundas, quartas e sextas, em princípio, haveria Assembleia. Mas como não é obrigatório ser às segundas, quartas e sextas...”

De seguida o líder de bancada do CDS/PP, nos termos regimentais, solicitou à Mesa a interrupção dos trabalhos.

Retomados os trabalhos, usou da palavra o Presidente da Mesa.

“Estamos novamente em sessão e o deputado Granjeia tinha pedido a palavra, dou-lhe agora, se ainda quiser e ainda estiver interessado.

Vogal António Manuel Granjeia (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, entendo que em conversa que tive com as três bancadas, penso que existe um consenso das três maiores bancadas em suspender os trabalhos. Portanto, agradecia que convocasse a Comissão Permanente para se resolver este assunto, para evitar um requerimento que não vejo necessidade dele.”

Presidente da Mesa

“Desculpar-me-ão! Suspender esta reunião não suspendo com certeza. Suspender ou fazer outro agendamento do que estava pensado do prosseguimento dos trabalhos em próximas reuniões dentro desta sessão — estou aberto a isso. Não pensem que eu tenho algum preconceito para isto ir de enfiada; não tenho. Portanto, se as próximas reuniões passarem para depois das eleições eu não tenho nada contra, mas estou obrigado primeiro à legalidade; segundo à eficácia. Na legalidade não abro mão. Da eficácia, se me convencer das próximas reuniões para depois das eleições — e logo se vê o que é que acontece, eu abro mão dessa minha perspectiva de marcar tudo já nas datas vagas.

Portanto vamos arrumar este ponto da Ordem do Dia e imediatamente a seguir convocarei a Comissão Permanente para uma reunião e o Presidente da Câmara, para conversarmos. Portanto se alguém quiser ainda neste ponto da Ordem do Dia falar, falo-á.”

Vogal António Manuel Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, não vou usar do meu direito de pedir um esclarecimento. Peço é para fazer imediatamente uma reunião com a Comissão ou não o fazendo vou apresentar um requerimento para terminar os trabalhos.”

Presidente da Mesa

“Apresentará um requerimento, mas terá de o fundamentar. Tem que dizer o preceito Regimental.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, procurando entrar num registo mais tranquilo, porque acho que precisamos de um bocadinho de tranquilidade, embora de alguma firmeza no tratamento deste assunto eu diria o seguinte: era benéfico para esta Assembleia ouvir da boca do Sr. Presidente da Câmara que está de acordo que se interrompam os trabalhos. Porque eu sei, sinto que está de acordo que se interrompam os trabalhos agora.

Sr. Presidente era só uma opinião. Porque recorro então ao Regimento, fazendo um pedido de esclarecimento para que a Mesa se digne questionar o Sr. Presidente da Câmara se está ou não de acordo em que se interrompa os trabalhos desta Assembleia aqui e agora. É para isso que servem os pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa — nada mais estou a fazer do que cumprir o Regimento. Através da Mesa colocar uma questão directa ao ainda Presidente da Câmara.

Depois, penso ser importante também que cada líder de bancada, de uma vez por todas, sem tibiezas, se sim ou não estão a favor da interrupção imediata dos trabalhos. Então com isto não evitamos uma conferência de líderes?”

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos e convocou a Comissão Permanente a reunir de imediato.

Retomados os trabalhos, usou da palavra o Presidente da Mesa.

“O que ficou nesta reunião da Comissão Permanente, que normalmente não reuniria nestes moldes (porque reúne nos intervalos de funcionamento da Assembleia), mas é bem; foi estabelecido o seguinte consenso duplo.

Primeiro, hoje e agora vamos encerrar o ponto de Antes da Ordem do Dia.

Segundo, ficou consensualizado que as próximas reuniões serão em data posterior a 9 de Outubro, que é o dia das eleições.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a marcação da próxima reunião será feita por convocatória, nos termos regimentais.

Eram 24:00 horas do dia 28 de Setembro de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)